

VALORIZAÇÃO DA PEDAGOGIA
ADAPTADA NO PORTUGAL
OITOCENTISTA: O ENSINO PARA
ALUNOS CEGOS NO ASILO-ESCOLA
ANTÓNIO FELICIANO DE CASTILHO
(1888)

Maria Romeiras Amado

Grupo História, Território e Ambiente do Instituto de História Contemporânea
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

C I H E L ▲ 2021

Página em branco | Página en blanco

RESUMO

Durante a segunda metade do século XIX, Portugal sofreu diversas modificações do ponto de vista político. O crescimento do movimento Republicano, a progressiva laicização do Estado e a alternância de poderes no Parlamento, se por um lado criaram alguma instabilidade no país, por outro lado permitiram que se fossem abrindo novas perspectivas de gestão nacional em áreas tão importantes como a educação. Um ano antes da subida de D. Carlos (1863-1908) ao trono, é fundada em Portugal a primeira escola para alunos cegos: o Asilo-escola António Feliciano de Castilho (1888).

Até então, os cidadãos cegos eram assistidos em casa, quando originários de famílias abastadas, ou recolhidos em asilos, quando em situações financeiramente insustentáveis. Nessas instituições recebiam alguma educação e, na sua maior parte, formação profissional que era exercida na própria instituição. Não havia escolas para alunos cegos, no sentido da forma escolar fundada pela modernidade ocidental. Estabelecerei assim uma análise de conteúdo sobre quatro relatórios anuais desta nova escola e o seu regulamento, assim como sobre reportagens publicadas nos jornais da época por forma a questionar a influência que recebeu desse gesto de mudança republicano e laico. Em paralelo, usarei uma metodologia de análise comparativa entre esta primeira escola portuguesa e as escolas que lhe transmitiram a maior parte dos conteúdos pedagógicos e materiais, como a escola de Paris, o Institut National des Jeunes Aveugles (1785), estabilizando o projecto e criando condições para o seu sucesso.

Seguindo uma arqueologia do gesto inclusivo, procurarei saber se estas condições criadas na escola de Lisboa foram bem sucedidas, ou seja, se os alunos, com a formação que lhes foi dada nos anos de internato, conseguiram fundamentos académicos e sustentação social para uma vida autónoma e uma cidadania respeitada.

Concluo com a observação que o Asilo-escola António Feliciano de Castilho teve um relevante papel experimental para a fundação da educação adaptada em Portugal, não tendo porém conseguido os seus intentos de uma forma tão lata como seria o seu objectivo: alguns dos seus alunos e alunas conseguiram, após o período de internato, obter os seus diplomas de estudos ou as suas especializações em áreas como a música, por exemplo, mas nem todo tiveram um percurso de vida profissional autónomo. Os dados existentes revelam assim que esta escola contribuiu mais para a potência da educação e a sensibilização social em torno da necessária autonomia dos cidadãos cegos que propriamente para a efectivação desse gesto de dar autonomia. Seria necessária a chegada do século XX e a fundação de novas escolas e institutos concorrentes para que os primeiros alunos cegos portugueses

chegassem à universidade e a carreiras profissionais mais diversas, completando a integração académica e profissional pretendida desde a sua fundação.

PALAVRAS-CHAVE

História da Educação, Educação Adaptada, Cegueira

CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL

Durante a segunda metade do século XIX, Portugal sofreu diversas modificações do ponto de vista político. O crescimento do movimento Republicano, a progressiva laicização do Estado e a alternância de poderes no Parlamento, se por um lado criaram alguma instabilidade no país, por outro lado permitiram que se fossem abrindo novos horizontes de gestão nacional em áreas tão importantes como a educação. Um ano antes da subida de D. Carlos (1863-1908) ao trono, é fundada em Portugal a primeira escola portuguesa para alunos cegos: o Asilo-escola António Feliciano de Castilho (1888). Até então, antes do Terramoto de 1755, encontravam-se cegos pedintes, papelistas ou músicos, autorizados e protegidos por diploma régio, pelas ruas das cidades, em particular em Lisboa. Quando originários de famílias abastadas, os cidadãos cegos eram assistidos em casa, chegando a assumir percursos pessoais e sociais de grande destaque, como no caso de António Feliciano de Castilho. Com a organização institucional de protecção dos corpos e educação das almas de finais do século XVIII, o recolhimento foi imposto e, em instituições asilares como a Casa Pia em Lisboa ou o Asilo de Nossa Senhora da Esperança em Castelo de Vide, os cegos portugueses receberam o seu sustento, alguma educação e, na sua maior parte, formação profissional exercida na própria instituição, sobretudo nas áreas de artesanato e música. Não houve, antes de 1888, escolas para alunos cegos, no sentido da forma escolar fundada pela modernidade ocidental.

O modelo para o Asilo-escola António Feliciano de Castilho viria do formato centralizador do género, da escola de Paris, o Institut National des Jeunes Aveugles (1785), estabilizando o projecto e criando condições para o seu sucesso. O modelo de Paris, seguido por escolas de todo o ocidente moderno regia-se por uma estrutura arquitectónica de modelo panóptico, um regulamento estruturado em horários rígidos e disciplina bem delineada. Em termos de conteúdos, as disciplinas escolares eram diversas e dispunham de rica materialidade tridimensional para a ilustração táctil dos seus conteúdos. O sistema Braille que foi rapidamente adoptado depois de uma fase experimental tornou-se a marca de um sistema pedagógico que permitia ao aluno cego a leitura, mas também a escrita autónoma de base táctil. E sendo um

sistema flexível era suficientemente fluído para ser usado na Matemática e na Música. É deste instituto que Portugal importará teorias pedagógicas, mas igualmente materiais escolares especializados e o próprio modelo arquitectónico da instituição.

TEORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE

Preparando a chegada deste projecto inovador ao nosso país, encontramos a edição de História dos Cegos, por Emídio Vasconcelos (Vasconcelos, 1887), em que se fala da necessidade de separação de identidades diferenciadas, considerando que, à semelhança do exemplo francês, devem ser reunidas as técnicas e a materialidade aumentativa disponível para proporcionar a integração do que não considera diminuído nem estranho, mas um outro cidadão. A necessidade de intervenção social surge assim como uma obrigação: “estas mal traçadas linhas irão acordar alguma centelha de sensibilidade no coração de pessoas ricas que inaugurem e formem um Instituto capaz de educar os mais infelizes entes que habitam a terra” (Vasconcelos, 1887: 4). Ainda de acordo com este autor a nova educação adaptada deve ter três ramos: intelectual, musical e industrial. Conclui:

Quanto a mim, devo esperar da grande sociedade promotora de ensino dos cegos, pois conheço bem de perto os grandes milionários d’uma reconhecida bondade e caridade, que acordei, por que até agora nunca ninguém se lembrou do ensino dos cegos! Faça-se um instituto para cegos, caiba a quem couber essa honra e caridosa gloria! Todos sabem o espírito dos conselheiros da coroa, eu conheço bem de perto sua bondade para duvidar um só momento que elles deixem de acolher com entusiasmo, e sem dar a sua alta protecção a um projecto que a nada menos tende que a restituir, por assim dizer, á existência d’uma grande porção de súbditos, que se tem tornado uteis, e em nossos dias tivemos o chorado cego douto Antonio Feliciano de Castilho. (Vasconcelos, 1887: 17).

FUNDAÇÃO E PROPÓSITOS

O Asilo-escola António Feliciano de Castilho, reunindo todas estas vontades e recolhendo as influências pedagógicas do instituto de Paris, foi fundado em 1888 pela Associação Promotora do Ensino dos Cegos. Encontramos os seus estatutos publicados em Alvará de 1 de Maio de 1888 e reformados por Alvarás de 26 de Fevereiro de 1891, 3 de Maio de 1909 e 9 de Dezembro de 1926.

Foi desde logo constituída como pessoa colectiva de utilidade pública administrativa, sem horizonte temporal definido e tendo como objecto a “educação e assistência de cegos”. A finalidade da APEC está expressa no seu art. 2º:

A Associação tem por finalidade promover por todos os meios ao seu alcance o amparo, a educação e o ensino literário, profissional e artístico de cegos de ambos os sexos, menores ou adultos, criando e mantendo estabelecimentos, organizações e actividades destinadas à realização dos mesmos fins e cooperando com entidades públicas e privadas. (Associação Promotora do Ensino dos Cegos, 1927)

A Associação Promotora do Ensino dos Cegos tutelava assim o novo Asilo-escola, gerida por três tipos de sócios: honorários, beneméritos e subscritores, surgindo posteriormente a categoria de Sócio Protector, todos maiores e civilmente capazes, responsáveis pelo pagamento de quotas e membros constituintes da Assembleia-Geral, órgão administrativo que entre as responsabilidades de assegurar a gerência da Associação tinha a capacidade de eleição trienal de Corpos Sociais. Organizavam-se estes em Mesa de Assembleia-Geral e Direcção, constituídos igualmente por associados, não remunerados pelos cargos a exercer.

No relatório de gerência do ano 1908-1909, surge uma perspectiva da orientação dada ao projecto, dividida esta sua primeira fase em três períodos:

de 1889 a 1892 – considerado o período da fundação

de 1893 a 1895 – auto-designado “o período das tentativas e do desalento”

de 1896 a 1909 – que os responsáveis do AEC consideram uma fase de ressurgimento e actividade

Foi benemerente o primeiro período, na ocasião de se lançar a pedra fundamental d’este monumento erguido á santa causa de proteger o cego. Dedicções extremas, trabalhadores infatigáveis, emprehenderam esta beneficente cruzada e lançaram em terra portugueza a semente de uma grande arvore que promette ser frondosa se for sempre cuidadosamente tratada. No período da fundação estabeleceu-se o ensino litterario primário, o ensino musical restricto unicamente á aprendizagem de canto, piano e órgão, e o ensino de trabalhos manuaes em obras de malha, crochet e tricot para o cego do sexo feminino. Foram quatro annos de esperanças e de estudo, de esforços e de enthusiasmo. A este primeiro período, em que cançaram acrisoladas dedicções e sentimentos sinceros, seguiu-se o período do desalento e das desillusões, através da boa vontade para o

engrandecimento material e financeiro do asylo. Dois annos, pouco mais ou menos, se perderam em tentativas sem resultados auspiciosos. Começou depois, em 1896, a epocha do ressurgimento, da actividade, e da constante propaganda da instituição. De então para cá, produziram-se os melhores effeitos do ensino primário, appareceram os resultados práticos do ensino secundário, restabeleceu-se e alargou-se o ensino profissional, desenvolveu-se consideravelmente o ensino musical, e iniciou-se a educação physica. De então para cá, augmentou-se o internato, estabeleceu-se o externato, e creou-se uma secção especial para os adultos do sexo masculino, fora do regímen geral escolar e asylo. (Associação Promotora do Ensino dos Cegos, 1910)

Este trecho estabelece um ponto de situação, um reforço de objectivos, uma descrição das fases de arranque, ainda nas instalações iniciais em Pedrouços, e o seguimento dos trabalhos teria como prioridade a concepção e construção das instalações definitivas, que iriam reforçar as teorias pedagógicas e disciplinares do instituto de Paris permitindo a definição espacial da matriz de rotinas diárias do Asilo-escola numa estrutura mais coerente com os objectivos de gestão eficaz de modelação dos alunos. Assim foram os primeiros 20 anos do AEC, assim se chegou à fase de estabilidade e ao ensejo de dar continuidade ao projecto cruzado de vontades e circunstâncias que por si mesmo ia resultando em alunos com um novo futuro delineado, bem como num novo conceito do que chamaríamos hoje de ensino especial ou adaptado, à medida do ser humano na sua circunstância pessoal. Projecto humanitário e progressista, a separar-se cada vez mais dos acolhimentos asilares existentes.

Em documentação institucional, designadamente nos estatutos, de 12 de Março de 1888, e posteriores revisões, os promotores aparecem munidos de poderes administrativos e deliberativos: “legislar, apreciar, excluir, deliberar”. [1] Em brochura institucional datada de 1931, os promotores destacados são Mme Sigaud Souto e Fernando Palha, “dois grandes beneméritos da tiflogia”[2]. Igualmente mencionados outros promotores, embora de forma mais genérica e com uma categorização não

[1] Estatutos da Associação Promotora do Ensino dos Cegos. Asylo-Escola António Feliciano de Castilho (Sociedade de instrução e beneficência, fundada aos 12 de Março de 1888, com estatutos aprovados por Alvará de 1 de Maio do mesmo ano, e reformados por Alvarás de 26 de Fevereiro de 1891, 3 de Maio de 1909 e 9 de Dezembro de 1926), Lisboa, 1927.

[2] Associação Promotora do Ensino dos Cegos, Asilo-Escola António Feliciano de Castilho. Fundada em 1888, Lisboa, 1931. Documento donde se procede à análise terminológica e de intenções dos parágrafos seguintes.

científica, mas assistencial: “auxiliados por outros devotados amigos dos privados da vista”. Mais incidência se encontra nestes documentos em termos como “protectores”, “fundadores”, “iniciadores”, “generosos apoiantes”. Também o espírito de missão assistencial e civilizadora das suas acções, trabalhos e iniciativas são rotuladas e descritas em detalhe. As grandes preocupações que encontrámos nestes promotores foram:

- suprir uma ausência “Não existindo em Portugal nenhuma escola oficial para cegos”
- ser inovadores no ramo assistencial “Não basta, porém, ensinar e albergar os cegos na infância”^[3]
- ultrapassar o estado e outros projectos congéneres “tem este Asilo-Escola suprido tal falta da acção do Estado”
- integrar socialmente, até do ponto de vista estético, os cegos, para que a preparação para a sua utilização social e autonomia não encontrasse choques ambientais “Tornou-se, portanto, necessário preparar na sociedade um ambiente favorável à aceitação dos artistas cegos. A aproximação dos indivíduos cegos produzia uma impressão compungente de insanável tristeza, como que a sugestão dum irremediável infortúnio”
- solucionar os problemas anteriores com um projecto inovador e bem alicerçado na experiência da observação e do trato diário com as identidades que se pretendiam incorporadas no tecido social “fazer constatar que a cegueira em nada afecta as disposições de convívio, as vantagens de sociabilidade”
- elevar, pela lucidez, conhecimento e mérito, os promotores e apoiantes do projecto “O Asilo-Escola António Feliciano de Castilho vem, pois, praticamente demonstrando que, tal como no estrangeiro, pode, entre nós, uma pessoa cega mas instruída tornar-se útil e independente e, até mesmo, notável pela cultura da música, e pelo fulgor de um espírito de escol.”
- acolher apoios provenientes de experiências bem sucedidas, como comprovativos da eficácia e mais valia do investimento de capital humano e

[3] Pode-se estabelecer um ponto de comparação por amostragem com o Asylo de Cegos de Castelo de Vide, em cujos estatutos, são mencionados como fins: “unicamente prestar consolação e socorro aos infelizes cegos” . Cf. Estatutos do Asylo de Cegos Instituído na Villa de Castello de Vide por João Diogo Juzarte de Sequeira Sameiro natural da mesma villa”, Castelo de Vide, 1856. Esta postura é confirmada numa palestra proferida por Laranjo Coelho, O Asilo de Cegos de Castelo de Vide. Palestra realizada na festa de caridade que se realizou no dia 24 de Maio de 1924 em favor deste Asilo, nas salas da Liga Naval de Lisboa, Lisboa, 1924, pela intenção que permanece, 70 anos depois da sua fundação, de “acudir aos pobres ceguinhos”.

económico do projecto: divulgação de casos de estudo, publicitação de resultados de excelência dos utentes do Instituto; apoio neste caso de publicações atípicas por arrojo como a de Manoel dos Santos Marques.^[4]

APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS E ACEITAÇÃO SOCIAL

As estatísticas são utilizadas em todos os documentos de divulgação, e a partir dos anos 30, como forma de dinamizar vontades de cooperação com o Estado e de alargar o âmbito de acção do Instituto ao interior de Portugal. Sucedem-se assim, no arco temporal escolhido, os promotores, não apenas na sugestão, fundação e desenvolvimento do projecto, mas em cadeias transversais de intervenores de áreas científicas, pedagógicas, ideológicas, políticas, sociais. Para todos eles surge o Instituto como um meio, para todos eles constitui uma fonte de legitimação da sua praxis, ultrapassando a área de conhecimento ou actuação do palco social particular. Cada promotor, pelo conhecimento e saber adquiridos e legitimados, reforça o seu poder parcial, sendo a união de todos os apoiantes do Instituto Castilho uma rede estruturada de poder, um observatório e uma ponte para intervenção e ascensão tribal.

As provas públicas dos discentes eram um reforço da legitimação destes protectores, assim como da competência do quadro docente, das metodologias adoptadas e da capacidade e mais-valia dos alunos cegos: mais uma vez encontro os alunos em tratamento conquistado, igualitário, e com destino a nada menos que a integração pública; o conceito de provas públicas é um desafio ao seu estatuto a priori desfavorecido e aos que não crêem na sua capacidade de atingir os mesmos objectivos, dissipando as diferenças sensoriais pela formação organizada que o Asilo-escola Castilho presta: “hoje acha-se implantado no asylo o ensino da musica e piano pelo methodo do conservatório, e empregam-se todas as diligencias para que, em um praso mais ou menos longo, possam prestar-se provas publicas.”^[5]

No mesmo relatório se destaca que “a educação do cego não devia limitar-se unicamente a uma educação litteraria musical” donde o investimento em “iniciar no asylo o officio de encadernador para os alumnos do sexo masculino” e ainda se reforça “temos pois restabelecido no asylo o ensino profissional, do qual esperâmos

[4] Manoel dos Santos Marques, *Nas trevas. Livro de Poesias. Incluindo um Systema de Ensino de Leitura ministrado por professores cegos aos videntes analphabetos*, Famalicão, Typographia Minerva, 1903.

[5] Associação Promotora do Ensino dos Cegos. Asylo-Escola António Feliciano de Castilho. *Relatório e Contas da Gerência do Anno Economico de 1896-1897 e Parecer da Comissão Revisora de Contas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897, p. 15.

tirar auspiciosos resultados para os nossos alumnos” [6], o que sucede às primeiras ocasiões de ensino profissional, na indústria de sapataria, que entretanto, por opções da gerência do AEC, foi desactivada. A indústria de encadernação também era promovida, dando já receitas em 1896-1897. A escolha de rumos diversos para os alunos, nas letras, nas artes e em ofícios técnicos, revela uma intenção de amostragem social num público que se pretende incluir em termos globais. Como os normovisuais, os cegos têm mais e menos capacidades, vocações, liberdade de escolha, possibilidades de abrir diversos rumos de autonomia profissional. Outras actividades então associadas ao sexo feminino como as rendas e labores, ou as flores de papel, são apresentadas em exposições.

Vão surgindo ao longo destes relatórios diversas alterações sempre no sentido do destaque das conquistas dos alunos do Asilo-escola. A transição para sistema de exames no próprio asilo no ano de 1895-1896 não desmerece os resultados obtidos, sendo destacados no relatório respectivo dois exames de instrução primária, um feminino, outro masculino, bem como exames do curso completo de português. As recompensas vão surgindo em forma material (presentes, regalias) e homenagens públicas (jantares para os alunos servidos pelos promotores e menções nos relatórios e periódicos sociais). Veja-se o exemplo: “realizou-se no dia 4 de Outubro, na sala principal do asylo, elegantemente decorada, a sessão solemne para premiar os alumnos que mais se distinguiram pelo estudo e pelo seu comportamento exemplar”. [7]

OS ALUNOS, AS ALUNAS

Analisando em conjunto as informações do ano 1898-1899, encontro indícios de continuidade de contribuição dos alunos e alunas para o asilo através de trabalhos e apresentações. Também a menção de uma caixa económica das alunas que cantam^[8]. Princípios de demonstração de autonomia? Trabalho remunerado, recompensa? Gestão de dinheiro próprio como comprovativo de capacidade? [9]

[6] Associação Promotora do Ensino dos Cegos. Asylo-Escola António Feliciano de Castilho. *Relatório e Contas da Gerência do Anno Economico de 1896-1897 e Parecer da Comissão Revisora de Contas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897, p. 15.

[7] Associação Promotora do Ensino dos Cegos. Asylo-Escola António Feliciano de Castilho. *Relatório e Contas da Gerência do Anno Economico de 1896-1897 e Parecer da Comissão Revisora de Contas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897, pp. 17 e 18.

[8] Associação Promotora do Ensino dos Cegos. Asylo-Escola António Feliciano de Castilho. *Relatório e Contas da Gerência do Anno Economico de 1898-1899 e Parecer da Comissão Revisora de Contas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899, p. 15.

[9] Associação Promotora do Ensino dos Cegos. Asylo-Escola António Feliciano de Castilho. *Relatório e*

No ano económico de 1895-1896 estavam no AEC 16 alunas e 10 alunos.^[10] No ano seguinte 15 alunas e 10 alunos, de que se divulgam os nomes.^[11] Em 1898-1899, há uma maior descrição do quadro de alunos:

“Um dos factos mais importantes d’esta gerência, e que mais deve satisfazer a todos, é ter-se podido continuar com o augmento dos nossos alumnos, preenchendo-se assim o fim principal d’esta instituição. Completâmos, pois, no presente anno economico, o numero de 30 alumnos, mais 2 do que no anno anterior, sendo 17 do sexo feminino e 13 do sexo masculino, não contando o antigo alumno que hoje exerce as funcções de ajudante de professor.” Associação Promotora do Ensino dos Cegos, 1899)

Significativo o aumento progressivo de alunos e a incorporação de alguns no quadro docente da escola. Sabendo dos critérios de admissão: meninos e meninas cegos ou com lesões do sentido da visão, e os critérios de estada e recompensa (excelência no comportamento, estudos e apresentação), salvo situações de aliança com outros asilos, nomeadamente com o albergue de crianças abandonadas^[12], quais seriam os critérios de saída para os cegos que entravam no AEC?

Autonomia por término do percurso de aprendizagem proposto, caso do aluno mencionado que transita para os quadros docentes do asilo;

Saída por idade/saúde/solicitação das famílias: “tendo a alumna Laura da Costa atingido o limite de idade regulamentar e completado a sua educação com as disciplinas de instrucção primaria, curso completo de portuguez, princípios de francez, musica, piano, canto coral, e trabalho de labores em crochet ou tricot, foi-nos declarado pela família que esta alumna dava por terminado o seu internato no asylo, m que durou oito annos. Estando a mesma alumna em goso de licença para

.....
Contas da Gerência do Anno Economico de 1908-1909 e Parecer da Comissão Revisora de Contas, Lisboa, Imprensa Nacional, 1909, p. 4.

[10] Associação Promotora do Ensino dos Cegos. Asylo-Escola António Feliciano de Castilho. *Relatório e Contas da Gerência do Anno Economico de 1895-1896 e Parecer da Comissão Revisora de Contas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896, p. 5.

[11] Associação Promotora do Ensino dos Cegos. Asylo-Escola António Feliciano de Castilho. *Relatório e Contas da Gerência do Anno Economico de 1896-1897 e Parecer da Comissão Revisora de Contas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897, p. 20. Alunas nomeados: Thereza Dias Pigeon, Maria Teresa Dias, Izabel de Jesus Cabanas, Maria da Conceição, Elisa da Silva, Anna da Silva, Hermínia de Jesus Rodrigues, Rosa da Fonseca, Esther de Faria e Silva, Palmira Marques, Esther Ferreira, Olympia Sanches, Margarida Fernandes e Zulmira Prego. Alunos: Manuel Prego, João da Costa, Augusto Marques, João Custódio Henriques, Augusto Monteiro, Victor Hugo de Moraes, Albino Amoedo, Manuel Marques, João Pires, Raymundo Marques.

[12] Associação Promotora do Ensino dos Cegos. Asylo-Escola António Feliciano de Castilho. *Relatório e Contas da Gerência do Anno Economico de 1896-1897 e Parecer da Comissão Revisora de Contas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897, p. 21.

tratar da sua saúde, a contar do dia 6 de Abril, considerou-se portanto, eliminada desde esta data”^[13]

Expulsão: “comportamento irregular e falta de aplicação ao estudo”. Nome omissivo “não desejamos dar á luz da publicidade o nome de quem mais tarde póde vir a ser um digno e bem comportado cidadão”^[14]. A colagem de objectivos aos do asilo e o cumprimento de regras disciplinares que não pude interrogar mas que passam nestas pequenas observações era obviamente indispensável à manutenção do direito de receber as benesses do ensino e da projecção social.

De acordo com Goffman, a informação social colide entre o que a sociedade ou um grupo determinado de uma sociedade num tempo quer observar e aproveitar de um indivíduo e a que este permite retirar de si mesmo, consciente ou inconscientemente, dado que um estranho é sempre analisado e tratado de acordo com “expectativas normativas, em exigências” (1988, 12).

Assim se encontram os alunos do Asilo-escola António Feliciano de Castilho. Com cuidados e condições de educação. Com possibilidades de autonomia. Com condicionalismos comportamentais, baseadas em análises e pressupostos por parte da sociedade que se destina a integrar e dos transformadores da sua identidade. Na correcta divulgação de resultados do projecto estaria o garante da sua continuidade. Se o financiamento do projecto era construído com base em doações, legados e apoios estatais e institucionais, é mais uma razão para o cuidar da promoção dos retornos desse investimento de responsabilidade social e caritativa.

O comprovativo desse sentido e da necessidade imperiosa dessa manutenção, mesmo enquanto dever moral, era imposta por demonstração de resultados, certamente o mais forte dos argumentos. Os exames públicos e a excelência dos resultados obtidos eram a melhor forma de divulgação e legitimação do projecto:

Em 1895-1896: “Informando-se a direcção de que dois alumnos se achavam competentemente habilitados para fazerem exame de instrucção prymaria”^[15].

[13] Associação Promotora do Ensino dos Cegos. Asylo-Escola António Feliciano de Castilho. *Relatório e Contas da Gerência do Anno Economico de 1896-1897 e Parecer da Comissão Revisora de Contas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897, p. 21.

[14] Associação Promotora do Ensino dos Cegos. Asylo-Escola António Feliciano de Castilho. *Relatório e Contas da Gerência do Anno Economico de 1896-1897 e Parecer da Comissão Revisora de Contas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897, p. 21.

[15] Associação Promotora do Ensino dos Cegos. Asylo-Escola António Feliciano de Castilho. *Relatório e Contas da Gerência do Anno Economico de 1895-1896 e Parecer da Comissão Revisora de Contas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896, p. 5.

Em 1896-1897: “Brilhantíssimos foram os resultados apresentados pelos examinandos, excedendo a expectativa de todos os assistentes, e ate mesmo do proprio jury.”^[16]

Em 1898-1899: “No dia 23 de Outubro, pelas duas horas da tarde, realizou-se a festa solemne para premiar os alumnos que mais se distinguiram no estudo e pelo seu comportamento irreprehensivel.”^[17]

Mais sóbrias observações em 1908-1909, e repartidas pelos docentes e discentes: “Tiveram condigna compensação, os trabalhos incessantes do nosso professorado e o aproveitamento dos educandos, ao colherem o bom resultado das provas finaes do ensino nas classificações”^[18]

PÚBLICO E ANÁLISE SOCIAL

Em termos sociais, a integração era feita de acordo com comprovativos estéticos e comportamentais socialmente aceites e em situações públicas de avaliação. A manipulação aceite e pacificadora do estranho como sujeito dócil e apreciado em quermesses, festividades sociais, celebrações, entregas de prémios.

As festas, as fotografias, as poses, as recompensas, as publicações, os trabalhos e destaques para a actuação dos internos, o acompanhamento e até a imagem de seriedade e gestão por parte dos seus responsáveis, mostram um acompanhamento e um controlo seguro dos objectivos e um sucesso não necessariamente diferenciado do existente. Mas sem dúvida preparado e encenado ao seu público expectante de observação. Conteúdos de simpatia, “of a congratulatory or condolence-offering character, presumably expressing for the whole institution its sympathetic concern for the lives of the individual members.” (Goffman, 1961: 95).

As ocasiões de casa aberta implicavam um controlo e uma conjugação de esforços entre alunos, vigilantes, professores, médicos, corpos sociais. Eram provas de fogo sociais que resultavam em recompensas ou reprimendas, eram sobretudo comprovativos periódicos das capacidades e potencialidades, do melhor que se

[16] Associação Promotora do Ensino dos Cegos. Asylo-Escola António Feliciano de Castilho. *Relatório e Contas da Gerência do Anno Economico de 1896-1897 e Parecer da Comissão Revisora de Contas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897, p. 17.

[17] Associação Promotora do Ensino dos Cegos. Asylo-Escola António Feliciano de Castilho. *Relatório e Contas da Gerência do Anno Economico de 1898-1899 e Parecer da Comissão Revisora de Contas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899, p. 23.

[18] Associação Promotora do Ensino dos Cegos. Asylo-Escola António Feliciano de Castilho. *Relatório e Contas da Gerência do Anno Economico de 1908-1909 e Parecer da Comissão Revisora de Contas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1909, p. 8.

podia apresentar, a excelência possível da instituição perante o público expectante e envolvido.

Pedagogia social, no fundo: “The single, sacrossant foundation must be dissolved in favour of a generalized system of assistance, of which society is both the sole administrator and the undifferentiated beneficiary” (Foucault, 2005: 20). O comprovativo dos resultados do projecto com uma reverência pública era a melhor forma de divulgar ideais de intervenção da sociedade civil e de novos poderes associados à classe médica e aos ideais de intervenção social maçónica e republicana que assistiam aos seus promotores.

As comunicações de médicos e pedagogos como Almeida Bessa, Mário Moutinho e Joaquim José Branco, ligados ao Asilo-escola desde a sua fundação, eram o reforço da sua capacidade de actuação num papel social e civilizacional actuante e inegável. Através delas se equiparavam a modeladores sociais de outros países e traziam a iluminação, o saber e a eficiência para o caso português, vago de experimentação numa área tão propícia à inovação.

TEORIZAÇÃO DE UM PROJECTO SOCIAL

Concluo com a observação que o Asilo-escola António Feliciano de Castilho teve um relevante papel experimental para a fundação da educação adaptada em Portugal, não tendo porém conseguido os seus intentos de uma forma tão lata como seria o seu objectivo: alguns dos seus alunos e alunas conseguiram, após o período de internato, obter os seus diplomas de estudos ou as suas especializações em áreas como a música, por exemplo, mas nem todo tiveram um percurso de vida profissional autónomo. Alguns mantiveram-se como professores na própria instituição. De poucos há dados de sobrevivência profissional autónoma, excepto na área da música. Os dados existentes revelam assim que esta escola contribuiu mais para a valorização duma nova área da pedagogia, para esta inovadora potência da educação e para a respectiva sensibilização social em torno da autonomia dos cidadãos cegos que propriamente para a efectivação desse gesto de dar autonomia. Seria necessária a chegada do século XX e a fundação de novas escolas e institutos concorrentes para que os primeiros alunos cegos portugueses chegassem a uma vida académica e a carreiras profissionais mais diversas, completando a integração social e profissional pretendida desde a fundação deste primeiro instituto português.

Maria Romeiras Amado
Investigadora Integrada
Grupo História, Território e Ambiente
Instituto de História Contemporânea

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa
 O IHC é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projectos UIDB/04209/2020 e UIDP/04209/2020.

BIBLIOGRAFIA

Associação Promotora do Ensino dos Cegos (1896). *Asylo-Escola Antonio Feliciano de Castilho. Relatório e Contas da Gerencia do anno economico de 1895-1896 e parecer da comissão revisora de contas*. Lisboa, Imprensa Nacional.

Associação Promotora do Ensino dos Cegos (1897). *Asylo-Escola António Feliciano de Castilho. Relatório e Contas da Gerencia do Anno Economico de 1896-1897 e Parecer da Comissão Revisora de Contas*. Lisboa, Imprensa Nacional.

Associação Promotora do Ensino dos Cegos (1910). *Asylo-Escola António Feliciano de Castilho. Relatório e Contas da Gerencia do Anno Economico de 1909-1910 e Parecer da Comissão Revisora de Contas*. Lisboa, Imprensa Nacional.

Associação Promotora do Ensino dos Cegos (1927). *Estatutos da Associação Promotora do Ensino dos Cegos Asylo-Escola Antonio Feliciano de Castilho*. Lisboa, Associação Promotora do Ensino dos Cegos.

Associação Promotora do Ensino dos Cegos (1931). *Asilo-Escola António Feliciano de Castilho (fundada em 1888)*. Lisboa, Associação Promotora do Ensino dos Cegos.

Candeias, A. (2004). *Alfabetização e Escola em Portugal nos Séculos XIX e XX. Os Censos e as Estatísticas*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Canguilhem, G. (1966). *Le Normal et le Pathologique*. Paris, Presses Universitaires de France.

Carvalho, R. (2001). *História do Ensino em Portugal. Desde a Fundação da Nacionalidade até ao fim do Regime de Salazar-Caetano*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Castro, J. (1949). *Os Cegos como Cidadãos e como Homens*. Porto, Imprensa Social.

Coelho, P. (1924). *O Asilo de Cegos de Castelo de Vide. Palestra realizada na festa de caridade que se celebrou no dia 24 de Maio de 1924 em fâvor deste Asilo, nas salas da Liga Naval de Lisboa*. Lisboa, Tipografia Henrique Torres.

Fernandes, R. (1988). Nas Origens do Ensino Especial: o Primeiro Instituto Português de Surdos-Mudos e Cegos, Lisboa, *Separata da Revista da Biblioteca Nacional*. s. 2, vol. 3 (2).

Foucault, M. (1987). *Vigiar e Punir*. Petrópolis, Editora Vozes.

- Foucault, M. (2005). *The Birth of the Clinic*. Londres, Routledge Classics.
- Goffman, E. (1961). *Asylums: Essays on the Social Situation of Mental Patients and Other Inmates*. New York, Anchor Books.
- Goffman, E. (1988). *Estigma. Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro, LTC – Livros Técnicos e Científicos, Lda..
- Gomes, J. (1995). *Para a História da Educação em Portugal. Seis Estudos*. Porto, Porto Editora.
- Gomes, J., Fernandes, R. & Grácio, R. (1988). *História da Educação em Portugal*. Lisboa, Livros Horizonte.
- Guerreiro, A. (1996). *Síntese no espaço e no tempo de uma especificidade cultural em Portugal: acessibilidade das pessoas cegas à informação e à cultura*. Coleção Integrar, Lisboa, IEFP-SNR.
- Leite, A. (1892). *Notícia acerca do Asylo-Escola Antonio Feliciano de Castilho Para a Infância Cega e do Ensino ahi Ministrado*. Lisboa.
- Maia, M. (1990). *Os cegos e a música*. Coleção O Professor, Lisboa, IEFP-SNR.
- Monteiro, A.(1870). *O Asylo de Nossa Senhora da Esperança de Castelo de Vide para Cegos de Ambos os Sexos. Breve Exame dos Fundamentos da acção pendente contra este importante estabelecimento, e da sua actual situação jurídica e administrativa*. Lisboa.
- Nóvoa, A. (2005). *Evidentemente. Histórias da Educação*. Lisboa, Edições ASA.
- Relvas, E. (2002). *Esmola e Degredo. Mendigos e Vadios em Lisboa (1835-1910)*. Lisboa, Livros Horizonte.